

Vitória (ES), Quinta-feira, 15 de Março de 2018.

qual procede a ação fiscal.

DECISÃO

ACORDA a Segunda Câmara de Julgamento do Conselho Estadual de Recursos Fiscais em conhecer do recurso e, à unanimidade, negar-lhe provimento para manter a decisão de primeira instância, que julgou procedente a ação fiscal e subsistente o auto de infração, de conformidade com o relatório e voto da conselheira relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Vitória, 08 de março de 2018.

GUSTAVO ASSIS GUERRA

Presidente

ROWENA RODRIGUES FRAGA

Relatora

FRANCISCO AUGUSTO TEIXEIRA DE CARVALHO

Procurador - Representante da Fazenda Pública Estadual

Protocolo 383595

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N.º CERF - 068.2AC, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publica Acórdão nº 068/2018, da segunda Câmara de Julgamento.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS - CERF, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Publicar o Acórdão nº 068/2018, da segunda Câmara de Julgamento, conforme abaixo:

RECURSO VOLUNTÁRIO

ACÓRDÃO N.º 068/2018 DA SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO

PROCESSO N.º: 72482672-
Apenso nº: 72821280,77540239.
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 5.015.344-4

INSCRIÇÃO ESTADUAL:
082.306.27-3

RECORRENTE: GF DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA EPP
RECORRIDA: SÉTIMA TURMA DE JULGAMENTO DA SUJUP-GETRI
ADVOGADO: ROBERTO MIELKE CAMATTA

EMENTA: DEIXAR DE ESCRITURAR DOCUMENTOS FISCAIS DE SAÍDAS ENCONTRADOS EM ARQUIVO DO CONTRIBUINTE - ALEGAÇÕES DE NULIDADE DO LANÇAMENTO E DE MULTA CONFISCATÓRIA, REJEITADAS - ILICITUDE CARACTERIZADA - AÇÃO FISCAL PROCEDENTE - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. O lançamento foi lavrado conforme a legislação tributária vigente, não havendo nulidade a pronunciar. Quanto à alegação de violação ao princípio do não confisco, no exercício da jurisdição, o julgador administrativo não exerce o controle de constitucionalidade da lei, conforme Súmula n.º 004/2015

do Conselho Estadual de Recursos Fiscais.

Restou comprovada nos autos a falta de escrituração dos documentos fiscais de saídas encontrados em arquivo do contribuinte, razão pela qual procede a ação fiscal.

DECISÃO

ACORDA a Segunda Câmara de Julgamento do Conselho Estadual de Recursos Fiscais em conhecer do recurso e, à unanimidade, negar-lhe provimento para manter a decisão de primeira instância, que julgou procedente a ação fiscal e subsistente o auto de infração, de conformidade com o relatório e voto da conselheira relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Vitória, 08 de março de 2018.

GUSTAVO ASSIS GUERRA

Presidente

ROWENA RODRIGUES FRAGA

Relatora

FRANCISCO AUGUSTO TEIXEIRA DE CARVALHO

Procurador - Representante da Fazenda Pública Estadual

Protocolo 383599

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N.º CERF - 070.2AC, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publica Acórdão nº 070/2018, da segunda Câmara de Julgamento.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS - CERF, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Publicar o Acórdão nº 070/2018, da segunda Câmara de Julgamento, conforme abaixo:

RECURSO VOLUNTÁRIO

ACÓRDÃO N.º 070/2018 DA SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO

PROCESSO N.º: 74934678 -
Apenso nº: 75336910,79162789.
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 5.019.520-0

INSCRIÇÃO ESTADUAL:
082.977.26-7

RECORRENTE: SOCINTER - SUL COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA
RECORRIDA: SÉTIMA TURMA DE JULGAMENTO DA SUJUP-GETRI

EMENTA: DEIXAR DE REGISTRAR DOCUMENTOS FISCAIS DE ENTRADAS - ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL (EFD) - ALEGAÇÃO DE MULTA CONFISCATÓRIA - ILICITUDE CARACTERIZADA - AÇÃO FISCAL PROCEDENTE - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

Quanto à alegação de multa confiscatória, o Conselho Estadual de Recursos Fiscais - CERF - não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária, conforme Súmula n.º

004/2015 deste Conselho.

No mérito, restou comprovado nos autos que o sujeito passivo não cumpriu a obrigação acessória de escriturar no prazo regulamentar os documentos fiscais de entradas na EFD, razão pela qual procede a ação fiscal.

DECISÃO

ACORDA a Segunda Câmara de Julgamento do Conselho Estadual de Recursos Fiscais em conhecer do recurso e, à unanimidade, negar-lhe provimento para manter a decisão de primeira instância, que julgou procedente a ação fiscal e subsistente o auto de infração, de conformidade com o relatório e voto da conselheira relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Vitória, 08 de março de 2018.

GUSTAVO ASSIS GUERRA

Presidente

ROWENA RODRIGUES FRAGA

Relatora

FRANCISCO AUGUSTO TEIXEIRA DE CARVALHO

Procurador - Representante da Fazenda Pública Estadual

Protocolo 383605

RESUMO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2009

Processo nº 43105645/2008

Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ.

Contratada: Auto Posto Esmig Ltda.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 28/05/2018.

Valor Mensal: R\$2.586,88.

Dotação Orçamentária: Atividade 04.122.0615.2070; Elemento de Despesa 3.3.90.39; Fonte 0101, do orçamento da SEFAZ.

Vitória/ES, 08 de março de 2018.

BRUNO FUNCHAL

Secretário de Estado da Fazenda
Protocolo 383562

Banco do Estado do Espírito Santo S/A - BANESTES -

RESUMO DO CONTRATO, Nº 130365.

Contratante: BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Contratada: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA, com base no Inciso I, do art. 25 da Lei 8.666/93, processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2018.

Objeto: Prestação de serviços de tecnologia da informação, incluindo reparos relacionados à garantia de produtos de marca DELL.

Valor Total: R\$ 298.899,99.

Prazo de vigência: vigorará a partir de 31.01.2018 até ao período

que se fizer necessário ao total cumprimento do objeto contratado, tendo como data limite de vigência o dia 30/09/2019.

Vitória, ES, 14.03.2018.

GEACO/COSER

Protocolo 383690

RESUMO DO CONTRATO, Nº 129901.

Contratante: BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Contratada: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA, com base no Inciso I, do art. 25 da Lei 8.666/93, processo de Inexigibilidade de Licitação nº 142/2017.

Objeto: manutenção corretiva, através de extensão de garantia, na modalidade ProSupport Plus com missão crítica, exclusiva para 04 equipamentos Dell PowerEdge M1000e e 50 Blades PowerEdge M620.

Valor Total: R\$ 337.697,58.

Prazo de vigência: 36 meses, a contar de 30.04.2018 e a terminar em 29.04.2021.

Vitória, ES, 14.03.2018.

GEACO/COSER

Protocolo 383695

RESUMO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107949

DAS PARTES: BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO X ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A

OBJETIVO: Prorrogar o prazo de vigência em 12 meses, a contar de 01/07/2018; - O valor global, mensal, será reajustado em 01/07/2018 pelo IPC-A/IBGE do período.

Vitória, ES, 14.03.2018.

GEACO/COSER

Protocolo 383661

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 127500

DAS PARTES: BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO X GAS INFORMATICA LTDA.

OBJETIVO: Acrescer o valor de R\$ 64.200,00, para configuração e customização da Solução G-Buster Browser Defense e Warwaw.

Vitória, ES, 14.03.2018.

GEACO/COSER

Protocolo 383680

Secretaria de Estado da Saúde - SESA -

CONVOCAÇÃO EDITAL Nº 054 - 007/2017

Cronograma de Chamada 2ª etapa do Processo Seletivo, **Técnico em Enfermagem (Região Metropolitana)**, para CADASTRO DE RESERVA de candidatos classificados em **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 007/2017**.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição legal,

que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75, Art. 46, **CONVOCA** os candidatos classificados no **Edital 007/2017**, a **listagem dos convocados se encontra publicado** no site www.selecao.es.gov.br a comparecerem no local, sendo Secretaria de Estado da Saúde, no dia **19/03/2018**, nos horários de **09h00 as 11h00 e 14h00 as 16h00**, conforme descrito no Cronograma de Chamada, a fim de proceder a 2ª Etapa do Processo Seletivo, que compreende a comprovação dos requisitos de qualificação profissional, experiência profissional e formação do **CADASTRO DE RESERVA**, sem a expectativa imediata da formalização do contrato.

Vitória, 14 de março de 2018.

RICARDO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde
Protocolo 383638

CONVOCAÇÃO EDITAL **Nº 055 - 007/2017**

Cronograma de Chamada 2ª etapa do Processo Seletivo, Médico (Área de Atuação Pediátrica), Enfermeiro (Pediatria), Reumatologia, Médico Socorrista e Técnico em Enfermagem (UTI Adulto) (Região Metropolitana), para CADASTRO DE RESERVA de candidatos classificados em **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 007/2017**.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição legal, que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75, Art. 46, **CONVOCA** os candidatos classificados no **Edital 007/2017**, a **listagem dos convocados se encontra publicado** no site www.selecao.es.gov.br a comparecerem no local, sendo Secretaria de Estado da Saúde, no dia **20/03/2018**, nos horários de **09h00 as 11h00 e 14h00 as 16h00**, conforme descrito no Cronograma de Chamada, a fim de proceder a 2ª Etapa do Processo Seletivo, que compreende a comprovação dos requisitos de qualificação profissional, experiência profissional e formação do **CADASTRO DE RESERVA**, sem a expectativa imediata da formalização do contrato.

Vitória, 14 de março de 2018.

RICARDO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde
Protocolo 383642

CONVOCAÇÃO EDITAL **Nº 056 - 007/2017**

Cronograma de Chamada 2ª etapa do Processo Seletivo, Médico Clínico Geral e Médico Socorrista (Região Centro Oeste (Colatina)), para CADASTRO DE RESERVA de candidatos classificados em **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 007/2017**.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição legal, que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75, Art. 46, **RECONVOCA** os candidatos classificados no **Edital 007/2017**, conforme prevê o item 11.10 do presente edital, a **listagem dos convocados se encontra publicado** no site www.selecao.es.gov.br a comparecerem no local, sendo Secretaria de Estado da Saúde, no dia **20/03/2018**, nos horários de **14h00 as 16h00**, conforme descrito no Cronograma de Chamada, a fim de proceder a 2ª Etapa do Processo Seletivo, que compreende a comprovação dos requisitos de qualificação profissional, experiência profissional e formação do **CADASTRO DE RESERVA**, sem a expectativa imediata da formalização do contrato.

Vitória, 14 de março de 2018.

RICARDO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde
Protocolo 383643

CONVOCAÇÃO EDITAL **Nº 057 - 007/2017**

Cronograma de Chamada 2ª etapa do Processo Seletivo, Técnico em Enfermagem (UTIN/UTIP) (Região Metropolitana), para CADASTRO DE RESERVA de candidatos classificados em **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 007/2017**.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição legal, que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75, Art. 46, **CONVOCA** os candidatos classificados no **Edital 007/2017**, a **listagem dos convocados se encontra publicado** no site www.selecao.es.gov.br a comparecerem no local, sendo Secretaria de Estado da Saúde, no dia **21/03/2018**, nos horários de **09h00 as 11h00 e 14h00 as 16h00**, conforme descrito no Cronograma de Chamada, a fim de proceder a 2ª Etapa do Processo Seletivo, que compreende a comprovação dos requisitos de qualificação profissional, experiência profissional e formação do **CADASTRO DE RESERVA**, sem a expectativa imediata da formalização do contrato.

Vitória, 14 de março de 2018.

RICARDO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde
Protocolo 383646

PORTARIA 104-S, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, alínea "o" da Lei nº 3043, de 31 de dezembro de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 80535500/2017/SESA, e,

CONSIDERANDO

a Portaria nº 158/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2016, capítulo I - do sangue e seus componentes, seção I - dos princípios gerais, descreve em seu Artigo 12 que: Toda instituição de assistência à saúde que realiza transfusão de sangue e componentes sanguíneos comporá ou fará parte de um Comitê Transfusional;

o art.13 - O serviço de hemoterapia colaborará com as atividades dos Comitês Transfusionais das instituições de assistência à saúde para as quais forneça componentes sanguíneos para atividade transfusional, de elaboração e implementação de protocolos para controlar as indicações, o uso e o descarte dos componentes sanguíneos, quando solicitado.

RESOLVE

Art.1º - Instituir Grupo de Trabalho junto a Subsecretaria de Estado da Assistência em Saúde, com o objetivo de criar o Comitê Interno Transfusional do Hemocentro Regional de Linhares.

Art.2º - O grupo de trabalho Especial terá a seguinte composição:

| NOME | CARGO | Nº FUNCIONAL |
|--------------------------------|-------------------|--------------|
| DÉBORA PIRES DE MOURA MARTINS | ENFERMEIRO | 2556421 |
| GEDSON BAZONI SILOTTI | MÉDICO | 1543121 |
| MAGALI DE AZEVEDO MELO PEREIRA | ENFERMEIRO | 3735737 |
| THIAGO ZANETTI MAGESCKY | FARMACÊUTICO | 3877531 |
| GISLENE PIANA MOULIN | ASSISTENTE SOCIAL | 1527606 |

§1º - A Coordenação geral das atividades do Grupo de Trabalho Especial ficará sob a responsabilidade de **DÉBORA PIRES DE MOURA MARTINS**.

Art.3º - O grupo de Trabalho Especial instituído no artigo 1º terá as seguintes atribuições:

Elaborar protocolos em hemoterapia com objetivo de melhoria da segurança transfusional e do uso racional do sangue.

Estimular a implantação de medidas para fidelização de doadores de sangue;

Melhorar a segurança do ato transfusional;

Formular e monitorar indicadores para o ciclo do sangue;

Analisar as medidas de hemovigilância da instituição;

Promover a educação continuada e sensibilização dos profissionais de saúde envolvidos com o ato transfusional.

Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo.

Vitória 14 de março de 2018

RICARDO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde

Protocolo 383705

PORTARIA Nº 020-R, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Aprova a 7ª alteração de Quadro de Detalhamento de Despesa da Secretaria de Estado da Saúde.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE PARA ASSUNTOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO À SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 98, inciso II da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 25 da Lei nº 10.700, de 12 de julho de 2017 e na Lei nº 10.784, de 18 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Proceder na forma dos Anexos I e II a esta Portaria a 7ª alteração